

## A lavagem de um subsídio

Gustavo H. B. Franco)

Em artigo nesta **Folha** (18 de março último) argumentei que o acordo automobilístico recentemente concluído estabelecia uma renúncia fiscal que custaria aos cofres públicos, caso o acordo durasse um ano, a bagatela de US\$ 1,4 bilhão. Uma metade desta renúncia seria federal – viria da redução do IPI – e a outra estadual, advinda de reduções, ainda não autorizadas pelo Confaz, no ICMS. Confesso que em meu artigo ainda estava perplexo com o resultado das minhas contas e confuso sobre suas implicações: US\$ 1,4 bilhão é muito dinheiro. E não é como o US\$ 1 bilhão dado aos usineiros, que é dinheiro emprestado e que, portanto, volta (não inteiro, infelizmente) para os cofres públicos. O US\$ 1,4 bilhão para as indústrias automobilísticas é inteirinho para ela e não há outros impostos que compensem essa perda de arrecadação. Têm razão os signatários do acordo em designá-lo como “histórico”!

É louvável que o sr. Miguel Jorge (nesta **Folha** em 15 de março) procure justificar o injustificável com frase de efeito e “fatos” como a presunção que os aumentos nas vendas depois do acordo não foram provocados pelo represamento das vendas nas semanas que antecederam o acordo e por uma recuperação da economia que nada tem que ver com o setor automotivo. É compreensível que os economistas do PT defendam o acordo, pois os beneficiários são as suas bases eleitorais. Da mesma forma, é de se esperar que o contribuinte, que não tem nada com isso e está pagando a conta, exerça o direito de reclamar a demanda a demandar a seus congressistas, ou a seus advogados, que lutem para que esse assalto a seu bolso não vá adiante.

O acordo automobilístico é basicamente uma operação de lavagem de um subsídio. A operação é simples: um setor pleiteia na sua câmara setorial uma redução de impostos em troca de metas que o poder público é incapaz de monitorar, especialmente quando se trata de custos e margens de lucros. Só mesmo a velhinha de Taubaté acredita numa planilha de custos fornecida por empresas mais do que escoladas pelo seu longo relacionamento com o CIP. A renúncia fiscal assim obtida é dividida com os trabalhadores do setor, dessa maneira também cooptados para o acordo. Trata-se de uma pilhagem da receita tributária em benefício dos interesses corporativos setoriais – capital e trabalho – e às custas dos pagantes dos outros impostos, notadamente o grupo de pagantes do chamado imposto inflacionário. É o neocorporativismo em ação: um setor organizado, com acesso privilegiado às instâncias decisórias públicas, obtém benefícios para si cujo ônus socializa silenciosamente através da inflação. O aspecto de “negociação” envolvido é consistente com a tradição política brasileira, ou seja, é um acordo onde ambos os lados são vencedores. Contudo, para que esse tipo de acordo exista é necessário eleger-se um perdedor, uma terceira entidade que pode ser o consumidor (que nem participa da negociação) ou a coletividade (se o governo assume os custos e tributa os pobres através da

inflação). É interessante o modo como o corporativismo produz a paz social: capital e trabalho no segmento organizado (a CUT e as montadoras) exploram, através da inflação, seus congêneres no setor desorganizado. Curiosa a luta de classe nos trópicos.

Sugere o sr. Miguel Jorge que se pergunte aos trabalhadores do setor se eles estão felizes com o acordo. Ora, como não estar feliz tendo recebido de mão beijada uma parte desse US\$ 1,4 bilhão? Quem não gosta de dinheiro público assim gracioso? Pois bem, eu sugiro perguntar às pessoas hoje se mobilizando contra o IPMF se elas estão felizes de saber que algo como 30% do novo imposto vai servir para enfeitar os balanços das montadoras. Será que os pobres coitados que não têm acesso ao Fundão e que pagam “imposto inflacionário” - os miseráveis desse país – sabem que estão sendo “tributados” para financiar a indústria automobilística? Será que o governo se deu conta que este US\$ 1,4 bilhão seria muito melhor aplicado, digamos, no programa de combate à fome do sociólogo Betinho? Ou nos programas sociais que beneficiam os miseráveis com os quais, supostamente, o presidente da República tanto se preocupa?

Ainda mais preocupante que este acordo em se é ouvir que este tipo de arranjo pode ser generalizado a outros setores, como de fato tem se tentado, e que pode servir de base a uma política de estabilização. Deve ser isto que os economistas do PT (Mercadante e Mantega nesta **Folha** em 9 de abril) têm em mente quando cunharam a expressão “controle social da inflação”. Me preocupa o fato de que isto seja mais que um slogan inofensivo e tolo como as “perdas internacionais” do dr. Leonel Brizola. A ideia do PT parece ser a de emular a experiência do setor automobilístico, ou seja, generalizar “acordos” de preço em troca de renúncia fiscal. No fundo é como fazer controle de preços, só que da forma mais cara e escandalosa possível, isto é, subsidiando-se diretamente as empresas, mas exigindo-se que o benefício seja repartido com os sindicatos. Não se trata de política de rendas, ou de coordenação macroeconômica, mas de uma política das “nossas rendas”. Imagine o leitor: temos 54 câmaras setoriais constituídas: se cada uma custar US\$ 1,4 bilhão os cofres públicos, o “controle social da inflação” custará US\$ 76,6 bilhões. É isto que podemos esperar se o PT tiver a responsabilidade de fazer política de estabilização?